



XIV Forte de Copacabana Conference
International Security

5/6

COLEÇÃO DE POLICY PAPERS
THE POLICY PAPERS COLLECTION

Thiago Rodrigues
Carol Viviana Porto

A Visão Sul-Americana para uma melhor Colaboração entre a América do Sul e a Europa contra o Tráfico de Drogas

The South American View for better Collaboration between South America and Europe against Drug Trafficking

Organisers



Konrad
Adenauer
Stiftung



BRAZILIAN CENTER FOR
INTERNATIONAL RELATIONS

Supported by



União Europeia



XIV Forte de Copacabana Conference International Security

A Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana é um projeto euro-brasileiro organizado em conjunto pela Fundação Konrad Adenauer (KAS) e pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), com apoio da Delegação da União Europeia no Brasil. A conferência é concebida como um fórum de diálogo entre a América do Sul e a Europa. Seu objetivo é reunir especialistas do setor governamental, acadêmico e privado para discutir assuntos atuais no âmbito de segurança que sejam de interesse comum aos parceiros dos dois lados do Atlântico. Desde seu início em 2003, a conferência se transformou, de uma reunião relativamente pequena, no maior fórum de segurança da América Latina. Na sua 14ª edição, a conferência de 2017 tem como tema 'Arquitetura de Segurança: um intercâmbio entre América do Sul e Europa'. A conferência é aberta ao público e os participantes são incentivados a participar ativamente das discussões. Como novidade para este ano, esta coleção de Policy Papers reflete os temas centrais do evento e pretende identificar desafios, bem como fazer recomendações políticas para o futuro. As edições anteriores da publicação sobre Segurança Internacional da Conferência do Forte de Copacabana podem ser acessadas na página oficial da KAS Brasil (www.kas.de/brazil).

The Forte de Copacabana International Security Conference is a joint Euro-Brazilian project organised by the Konrad Adenauer Foundation (KAS) in partnership with the Brazilian Center for International Relations (CEBRI) and supported by the Delegation of the European Union to Brazil. The conference is conceived as a forum for dialogue between South America and Europe. It aims to bring together experts from a wide range of government, academic and private-sector backgrounds to discuss current security-related issues which are of interest to the partners on both sides of the Atlantic. Since its inception in 2003, the conference has emerged from a relatively small gathering to Latin America's largest security forum to date. The topic of the 14th edition of the conference is 'Security Architecture: An Exchange between South America and Europe'. The conference is open to the public and the audience is encouraged to actively engage in discussions. As an innovation in 2017, this collection of Policy Papers reflects the major themes of the event and intend to identify challenges as well as make policy recommendations for the future. Previous volumes of the Forte de Copacabana International Security Conference publication can be accessed on the KAS-Brazil Office website (www.kas.de/brazil).

www.kas.de/brasil



Editor **Editor**
Dr. Jan Woischnik

Coordenação editorial **Project Coordination**
Diogo Winnikes
Reinaldo Themoteo



Colaboração **Editorial Support**
Diego Andrade de Freitas
Sebastian Breuer

Projeto Gráfico **Design**
Charles Steiman

Impressão **Print**
J. Sholna

©2017, Konrad Adenauer Stiftung e.V.

Fundação Konrad Adenauer
Rua Guilhermina Guinle, 163
Botafogo CEP: 22270-060
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel: (+55/21) 2220-5441
Fax: (+55/21) 2220-5448

www.kas.de/brasil
 [kas.brasil](https://www.facebook.com/kas.brasil)
 [kasbrasil](https://twitter.com/kasbrasil)

Todos os direitos desta edição são reservados à Fundação Konrad Adenauer. Autores podem ser citados indicando a revista como fonte. As opiniões aqui externadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. All rights are reserved to Konrad Adenauer Foundation. Authors may be quoted if the publication name is referred as source. Authors are exclusively responsible for all concepts and information presented in this book.

ISSN 2176-297X

COLEÇÃO DE POLICY PAPERS THE POLICY PAPERS COLLECTION

1/6

Perspectivas Sul-Americanas para uma Futura Cooperação em Arquitetura de Segurança: Arranjos, Processos e Desafios

South American Perspectives for Future Cooperation on Security Architecture: Arrangements, Processes and Challenges

Antonio Jorge Ramalho
Tradução e revisão **Translation and Revision**: Leslie Sasson Cohen

2/6

A Ordem de Segurança Global e Europeia na Crise: Poder, Instituições, Princípios

The Global and European Security Order during the Crisis: Power, Institutions, Principles

Markus Kaim
Tradução **Translation**: Tito Lívio Cruz Romão | Revisão **Revision**: Leslie Sasson Cohen

3/6

As Capacidades Sul-Americanas contra Ameaças Cibernéticas: Das Fragilidades Atuais a uma Resposta Comum

The South American Capabilities against Cyber Threats: From the Current Weaknesses towards a Common Response

María Lourdes Puente Olivera

Susana García
Tradução e revisão **Translation and Revision**: Leslie Sasson Cohen

4/6

As Capacidades Europeias contra Ameaças Cibernéticas: Fortalecendo a Segurança de TI na Alemanha

The European Capabilities against Cyber Threats: Strengthening IT Security in Germany

Hagen Colberg
Tradução **Translation**: Tito Lívio Cruz Romão | Revisão **Revision**: Leslie Sasson Cohen

5/6

O Nexo Transatlântico do Narcotráfico: a Visão Sul-Americana para uma melhor Colaboração entre a América do Sul e a Europa contra o Tráfico de Drogas

The Transatlantic Narco-Nexus: The South American View for better Collaboration between South America and Europe against Drug Trafficking

Thiago Rodrigues

Carol Viviana Porto
Tradução e revisão **Translation and Revision**: Leslie Sasson Cohen

6/6

A Perspectiva Europeia para uma melhor Colaboração entre a América Latina e a Europa no Combate ao Narcotráfico

The European View for better Collaboration between Latin America and Europe against Drug Trafficking

Mikael Wigell

Joren Selleslaghs
Tradução e revisão **Translation and Revision**: Leslie Sasson Cohen

A Fundação Konrad Adenauer (KAS) é uma fundação política alemã. Através do nosso escritório central na Alemanha e dos mais de 90 escritórios espalhados pelo mundo, gerenciamos mais de 200 projetos abrangendo mais de 120 países. Tanto na Alemanha quanto no exterior, nossos programas de educação cívica têm como objetivo promover os valores de liberdade, paz e justiça, bem como diálogo e cooperação. Como think tank e agência de consultoria, nós focamos na consolidação da democracia, na unificação da Europa, no fortalecimento das relações transatlânticas, assim como na cooperação internacional e no diálogo. Os nossos projetos, debates e análises visam o desenvolvimento de uma forte base democrática para ação política e cooperação.

No Brasil, nossas atividades concentram-se no diálogo de segurança internacional, educação política, estado de direito, funcionamento de instituições públicas e seus agentes, economia social de mercado, política ambiental e energética assim como as relações entre o Brasil, a União Europeia e a Alemanha.

The Konrad Adenauer Stiftung (KAS) is a German political foundation. From our headquarters in Germany and 90 field offices around the globe, we manage over 200 projects covering over 120 countries. At home as well as abroad, our civic education programmes aim at promoting the values of freedom and liberty, peace and justice, as well as dialogue and cooperation. As a think tank and consulting agency we focus on the consolidation of democracy, the unification of Europe, the strengthening of transatlantic relations, as well as on international cooperation and dialogue. Our projects, debates and analyses aim to develop a strong democratic base for political action and cooperation. In Brazil our activities concentrate on international security dialogue, political education, the rule of law, the workings of public institutions and their agents, social market economy, environmental and energy policy, as well as the relations between Brazil, the European Union and Germany.



União Europeia

A Delegação da União Europeia (UE) no Brasil é uma das mais de 130 Delegações da UE no mundo. A Delegação da UE no Brasil está focada na promoção das relações políticas e econômicas entre a UE e o Brasil, de acordo com a parceria estratégica EU–Brasil estabelecida em 2007. A UE e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1960, criando estreitos laços históricos, culturais, econômicos e políticos. Dentre os tópicos centrais da parceria estratégica entre a UE e o Brasil estão questões econômicas, a cooperação em questões-chaves de política externa e o enfrentamento conjunto de desafios globais em áreas como direitos humanos, mudanças climáticas e a luta contra a pobreza. Mais de 30 diálogos formais no setor político foram iniciados entre a União Europeia e autoridades brasileiras para enfrentar esses desafios. Além disso, a União Europeia e o Brasil são parceiros comerciais importantes e os países da União Europeia recebem mais de 20% da exportação brasileira. A União Europeia também é o maior investidor estrangeiro no Brasil com cerca de 60% do investimento estrangeiro.

The European Union (EU) Delegation to Brazil is one of over 130 EU Delegations around the world. The EU Delegation to Brazil is focused on promoting political and economic relations between the EU and Brazil, in line with the EU–Brazil Strategic Partnership established in 2007. The EU and Brazil established diplomatic relations already in 1960 building on close historical, cultural, economic and political ties. Central topics of the EU–Brazil Strategic Partnership include economic issues, cooperation on key foreign policy issues, and jointly addressing global challenges in areas such as human rights, climate change as well as the fight against poverty. Over 30 formal sector-policy dialogues between the European Union and Brazilian authorities have been initiated to address these challenges. The European Union and Brazil are also important trading partners and the countries of the European Union account for over 20% of Brazil's exports. The European Union is also the largest foreign investor in Brazil with around 60% of the foreign investment originating from the European Union.



Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é uma instituição sem fins lucrativos, que atua para influenciar positivamente a construção da agenda internacional do país. Fundado há quase 20 anos por um grupo de empresários, diplomatas e acadêmicos, o CEBRI tem ampla capacidade de articulação, engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes, e com uma rede de mantenedores constituída por instituições, empresas e indivíduos de múltiplos segmentos.

O CEBRI promove a expansão e aprofundamento do debate sobre a política externa brasileira e a inserção do Brasil no mundo, pautado na formulação de políticas públicas e no fomento de diálogo entre os mais relevantes atores brasileiros e globais. O reconhecimento de sua importância internacional é atestado pelo ranking do Programa de Think Tanks e Sociedade Civil da Universidade da Pensilvânia, que destacou o CEBRI como o segundo melhor think tank do Brasil e o quarto melhor da América Latina.

Independent, nonpartisan and multidisciplinary, the Brazilian Center for International Relations (CEBRI) is a non-profit institution that acts to have a positive influence on the construction of the country's international agenda. Founded nearly 20 years ago by a group of business leaders, diplomats and academics, CEBRI has the ability to engage the public and private sectors, academia and civil society. In addition, it counts on an engaged Board of Trustees formed by prominent figures and on a diverse network of sponsors made up of institutions, companies and individuals from multiple sectors.

CEBRI promotes the expansion and deepening of debates on Brazilian foreign policy and Brazil's international insertion, marked by the formulation of public policies and the promotion of dialogue amongst the most relevant Brazilian and global stakeholders. The recognition of its international importance is evidenced by the University of Pennsylvania's Think Tanks and Civil Societies Program, which ranked CEBRI as Brazil's second best think tank and the fourth best in Latin America.




Prof. Dr. Thiago Rodrigues é Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos no Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF). É especialista no tema Narcotráfico e Teoria das Relações Internacionais. Thiago Rodrigues é Pesquisador Associado ao CRIES (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, Argentina), além de Coordenador da Área de Teoria das Relações Internacionais na Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e Diretor de Relações Institucionais na Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). É Editor Assistente da International Political Sociology - IPS (Qualis A1), publicação da International Studies Association (ISA), co-organizador dos livros 'Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas' (Springer, 2016) e 'Drogas, Política y Sociedad en América Latina y el Caribe' (CIDE, 2015).

Thiago Rodrigues, PhD, is Head of the Graduate Program on Strategic Studies of the Institute for Strategic Studies (INEST) at Fluminense Federal University (UFF) specializing in Drug Trafficking and International Relations Theory. He's Associated Researcher at CRIES (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, Argentina), as well as Chair of the International Relations Theory Section at the Brazilian International Studies Association (ABRI), besides being Director of Institutional Relations at the Brazilian Association for Defense Studies (ABED). He's also assistant editor for ISA journal International Political Sociology (IPS), co-editor of 'Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas' (Springer, 2016) and 'Drogas, Política y Sociedad en América Latina y el Caribe' (CIDE, 2015).



Carol Viviana Porto é candidata de mestrado em Estudos Estratégicos na Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, assim como pesquisadora no Instituto Igarapé. Ela possui bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Carol Viviana Porto is MSc candidate in Strategic Studies at the Fluminense Federal University (UFF), Rio de Janeiro, as well as researcher on Drug Policy at the Igarapé Institute. She has a BA in International Relations at the National University of Latin American Regional Integration (UNILA), Foz do Iguaçu, Brazil.



A Visão Sul- Americana para uma melhor Colaboração entre a América do Sul e a Europa contra o Tráfico de Drogas

Thiago Rodrigues
Carol Viviana Porto

The South American View for better Collaboration between South America and Europe against Drug Trafficking

The “war on drugs” is a huge failure. There is no novelty in this sentence. The repressive formula, based on the US ‘war on drugs’ is still predominant, but it is not hegemonic anymore. Since the 1980s the “European Model” (Gratius and Palacios 2012) has started a new approach centered on harm reduction policies which do not stigmatize or criminalize the consumer. Hence, this paper seeks to briefly explore: 1) the political history – and major transformations – of drug-trafficking dynamics in South America vis-à-vis Europe’s, 2) a current overview of South America’s national drug policies, and 3) some critical contributions toward the inter-regional collaboration between South America and Europe to face this major social, political, economic and security challenge.

From Wall Street to La Defense

By the end of the 1970s, the US became the world’s first market for cocaine. This had a direct impact on South America’s Andean region, as it gathered a unique set of characteristics favorable to the development of this illegal economy. First of all, the boost of the use of cocaine powder in the US led to a swift expansion of coca bush cultivated areas in Peru and Bolivia, transcending the amounts used for traditional consumption.

Secondly, in Colombia, future kingpins such as Pablo Escobar (Medellin) and the Rodríguez Brothers (Cali) adapted their previous experience in smuggling and all sorts of illegal activities for the new cocaine industry. During the 1980s, the political economy of drug trafficking placed: 1) Peru and Bolivia as the main suppliers of coca leaves and pasta base (coca paste), 2) Colombia as the hub for the production of cocaine, as well as the platform for international distribution, 3) the Caribbean as the pathway to the US market, 4) Venezuela and Brazil as route countries aimed at the European market.

The Italian mafias and African drug-trafficking organizations (DTOs) forged channels for the distribution of the Andean cocaine to Europe via Brazil using transatlantic routes and warehouses in archipelagos (Canarias, Madeira), as well as ports in Galicia (Spain), Marseille (France) and Naples (Italy). In Europe, the plummeting demand of the US cocaine market has been compensated by the surge of the European and the Brazilian demands, respectively the second and the third world greatest

cocaine consumer markets (UNODC, 2017). About 15% of the South American cocaine transiting toward Europe crosses through Brazilian ports (Wigell and Romero 2013). The shipments take advantage of the intense commercial flows between Mercosur and the European Union, using West African countries such as Guinea-Bissau, Guinea and Côte d’Ivoire as entrepôts (Carrier and Klantschnig 2012). The latter are even classified by some as ‘formal narcocracies’ in light of the involvement of high-level officials in all government branches with drug-trafficking activities.

Cocaine Flows 2011-2015



Source: World Drug Report, UNODC, 2017

In Brazil, the time for amateurism has passed. New mafia-like organizations, such as the PCC (Primeiro Comando da Capital / Capital’s First Commando), have emerged, controlling a set of illegal activities, with reported international connections in Paraguay, Bolivia and Portugal. In emerging urban economies, such as Brazil, contemporary patterns of drug use have been developing toward the use of synthetic drugs produced in Western Europe. Both in South America and in Europe the repressive agenda (‘war on drugs’) provokes the so-called ‘balloon effect’ which means the displacement of illegal activities to avoid the State’s repression (Rosen and Zepeda, 2016).

Methamphetamines Flows 2011-2015



Source: World Drug Report, UNODC, 2017

A “guerra contra as drogas” é um grande fracasso. Não há novidade nesta frase. A fórmula repressiva, baseada na “guerra contra as drogas” dos EUA, ainda é predominante, mas já não é mais hegemônica. Desde a década de 1980, o “Modelo Europeu” (Gratius e Palacios 2012) deu início a uma nova abordagem centrada em políticas de redução de danos que não estigmatizam ou criminalizam o consumidor. Por isso, este trabalho busca explorar brevemente: 1) o histórico político - e as principais transformações - da dinâmica do narcotráfico na América do Sul em relação à Europa; 2) uma visão atual das políticas nacionais de drogas da América do Sul; e 3) algumas contribuições críticas para a colaboração inter-regional entre a América do Sul e a Europa para enfrentar este grande desafio social, político, econômico e de segurança.

De Wall Street a La Defense

No final da década de 1970, os EUA se tornaram o principal mercado mundial de cocaína. Isso teve um impacto direto na região andina da América do Sul, pois reuniu um conjunto único de características favoráveis ao desenvolvimento desta economia ilegal. Em primeiro lugar, o aumento do uso de cocaína em pó nos EUA levou a uma rápida expansão das áreas cultivadas de coca no Peru e na Bolívia, para muito além das utilizadas para o consumo tradicional.

Em segundo lugar, na Colômbia, futuros chefes do tráfico como Pablo Escobar (Medellin) e os Irmãos Rodríguez (Cali) adaptaram sua experiência anterior em contrabando e todo tipo de atividades ilegais para a nova indústria da cocaína. Durante a década de 1980, a economia política do tráfico de drogas transformou: 1) Peru e Bolívia nos principais fornecedores de folhas de coca e pasta base; 2) a Colômbia no centro de produção de cocaína, bem como na plataforma para distribuição internacional, 3) o Caribe no caminho para o mercado dos EUA, 4) Venezuela e Brasil em países de rota voltados para o mercado europeu.

As máfias italianas e as organizações africanas de tráfico de droga forjaram canais para a distribuição da cocaína andina para a Europa através do Brasil usando rotas transatlânticas e armazéns nos arquipélagos (Canárias, Madeira), bem como os portos da Galícia (Espanha), Marselha (França) e Nápoles (Itália). Na Europa, a crescente demanda

do mercado norte-americano por cocaína foi compensada pelo aumento das demandas europeia e brasileira, respectivamente, o segundo e terceiro mercados mundiais consumidores de cocaína (UNODC, 2017). Cerca de 15% da cocaína sul-americana transportada para a Europa atravessa os portos brasileiros (Wigell e Romero 2013). Esses embarques se aproveitam dos intensos fluxos comerciais entre o Mercosul e a União Europeia, usando países da África Ocidental como Guiné-Bissau, Guiné e Costa do Marfim como entrepostos (Carrier e Klantschnig 2012). Estes são classificados por alguns como “narcocracias formais” à luz do envolvimento de altos funcionários de todas as agências governamentais com atividades de tráfico de drogas.

Fluxos de Cocaína 2011-2015



Fonte: Relatório Mundial sobre Drogas (World Drug Report, UNODC, 2017)

No Brasil, o tempo para o amadorismo passou. Novas organizações mafiosas, como o PCC (Primeiro Comando da Capital), surgiram controlando um conjunto de atividades ilegais, com reconhecidas conexões internacionais no Paraguai, Bolívia e Portugal. Nas economias urbanas emergentes, como o Brasil, os padrões contemporâneos de consumo de drogas têm se desenvolvido em direção ao uso de drogas sintéticas produzidas na Europa Ocidental. Tanto na América do Sul como na Europa, a agenda repressiva (“guerra às drogas”) provoca o chamado “efeito balão”, ou seja, o deslocamento de atividades ilegais para evitar a repressão do Estado (Rosen e Zepeda, 2016).

Fluxos de Metanfetaminas 2011-2015



Fonte: Relatório Mundial sobre Drogas (World Drug Report, UNODC, 2017)

Politics and Policies on Drugs in South America

In Bolivia's (1008 of 1988), Ecuador's (108 reformed in 2005), Peru's (22095 of 1978), Paraguay's (1340 of 1988) and Venezuela's (Organic Law against Illicit Traffic and Consumption of Narcotic Substances and Psychotropic) drug laws, personal consumption has been decriminalized, but there are still no legal measures to access medical cannabis nor the regulation of self-cultivation. In practice, the punishment approach still prevails. In Bolivia, the Morales Administration has declared the coca leaf part of the cultural, nutritional and religious heritage. The government expelled DEA agents and forced the UN to accept the suspension of the total eradication goals (Roncken and De Achá 2015).

On a different tone, in 2013, Uruguay's former President José Mujica enacted law 19.172, which regulates the production, commercialization and distribution of cannabis. There are three ways to acquire it: self-cultivation; partaking in associations of producers; and purchasing cannabis in authorized pharmacies with a limit of up to 40 grams per month (Garat 2016). In 2014, Chile legalized the therapeutic use of marijuana and then, in 2015 (Law 20.000), the self-cultivation of up to six plants per household was allowed for therapeutic purposes, with medical prescription, and the purchase of a maximum of 10 grams for private consumption without prior authorization. In practice, in spite of these formal advances, the police still cultivate traditional repressive patterns (Sepúlveda 2015).

In 2009, the Argentinian Supreme Court ruled unconstitutional the criminalization of illegal drugs consumption and, in 2016, Law 27.737 was amended to decriminalize the possession of drugs for personal use. Nonetheless, self-cultivation remains a crime unless it is intended for treatment, and repressive approaches remain in force in cities such as Rosario, where DTOs have increased their activities (Corda 2015). In Colombia, since 2009, the consumption of drugs is still interpreted as an individual right to freely develop their own personality. Paradoxically, even though consumption is not criminalized, it is still constitutionally prohibited. In 2015, Juan Manuel Santos signed a decree (n. 2467) regulating the cultivation, distribution, consumption and possession of cannabis plant seeds and their

derivatives for medicinal and scientific purposes; and in May 2016 the government called in for the registration of licenses to produce.

In Venezuela and in Ecuador, despite the anti-US Bolivarian rhetoric, the general framework for the drug laws has maintained the repressive approach, especially in Venezuela, following the US accusations of Venezuelan high-rank military involvement with DTOs (Antillano and Ávila 2015). In Ecuador, despite the official "public health approach" the traditional repressive model is entrenched in the practices of the police, the judiciary and the military (Pontón and Duque 2015). In Peru, the legacy of the most repressive years – back in the 1980s and 1990s – still lingers, especially in the Andean highlands, where the coca leaf, coca paste and cocaine production have soared, and a busy corridor for cocaine exports has emerged connecting Peru, Bolivia, Brazil, West Africa and Southern Europe (Soberón 2015).

In 2006, Brazil promulgated an allegedly progressive new legislation which, actually, has increased the incrimination of small traffickers. One of the consequences of this law was the rapid increase in drug-related sentencing that grew at a rate of 18,5% per year. The country has the fourth largest incarcerated population in the world (after the US, China and Russia). Regarding medicinal cannabis, there is a favorable opinion over the access to *cannabidiol*, while discussion over the individual right to use and to cultivate cannabis is stalling. Meanwhile, since 2010, the Brazilian government started deploying military forces to fight DTOs in urban areas, especially in Rio de Janeiro (Rodrigues 2015, Rodrigues, Kalil, Zepeda and Rosen 2017).

Políticas de Drogas na América do Sul

Nas leis da Bolívia (1008 de 1988), do Equador (108 reformadas em 2005), do Peru (22095 de 1978), do Paraguai (1340 de 1988) e da Venezuela (Lei Orgânica contra o Tráfico Ilícito e Consumo de Substâncias Entorpecentes e Psicotrópicas), o consumo pessoal foi descriminalizado, mas ainda não há medidas legais para ter acesso à *cannabis* para fins terapêuticos nem a regulamentação do seu cultivo doméstico. Na prática, a abordagem focada na punição ainda prevalece. Na Bolívia, o governo de Evo Morales declarou a folha de coca como parte do patrimônio cultural, nutricional e religioso do país. O governo expulsou os agentes da DEA e forçou a ONU a aceitar a suspensão das metas de erradicação total (Roncken e De Achá 2015).

Diferentemente, em 2013, o ex-presidente do Uruguai, José Mujica, promulgou a lei 19.172, que regulamenta a produção, comercialização e distribuição de *cannabis*. Existem três maneiras de adquirir a substância: cultivo doméstico; participação em associações de produtores; e compra de *cannabis* em farmácias autorizadas com limite de até 40 gramas por mês (Garat 2016). Em 2014, o Chile legalizou o uso terapêutico da maconha e, em 2015 (Lei 20.000), o cultivo doméstico de até seis plantas por domicílio foi permitido para fins terapêuticos, com receita médica e compra de um máximo de 10 gramas para consumo privado sem autorização prévia. Na prática, apesar desses progressos formais, a polícia ainda mantém os padrões repressivos tradicionais (Sepúlveda 2015).

Em 2009, o Supremo Tribunal argentino determinou que a criminalização do consumo de drogas ilegais é inconstitucional e, em 2016, a Lei 27.737 foi alterada para descriminalizar a posse de drogas para uso pessoal. No entanto, o cultivo doméstico continua a ser crime, a menos que seja destinado a fins terapêuticos, e as abordagens repressivas permanecem em vigor em cidades como Rosario, onde as organizações de tráfico de drogas aumentaram suas atividades (Corda 2015). Na Colômbia, desde 2009, o consumo de drogas ainda é interpretado como um direito individual para desenvolver livremente sua própria personalidade. Paradoxalmente, mesmo que o consumo não seja criminalizado, ainda está constitucionalmente proibido. Em 2015, Juan Manuel Santos assinou um decreto (nº 2467) que regulamenta o cultivo, a distribuição,

o consumo e a posse de sementes de plantas de *cannabis* e seus derivados para fins medicinais e científicos; e em maio de 2016, o governo passou a exigir o registro de licenças para produzir.

Na Venezuela e no Equador, apesar da retórica bolivariana anti-EUA, o ordenamento geral das leis relativas às drogas manteve a abordagem repressiva, especialmente na Venezuela, após as acusações dos EUA de envolvimento militar venezuelano de alto escalão com organizações de tráfico de drogas (Antillano e Ávila 2015). No Equador, apesar da abordagem oficial da saúde pública, o modelo repressivo tradicional está enraizado nas práticas da polícia, do judiciário e dos militares (Pontón e Duque 2015). No Peru, o legado dos anos de repressão - nas décadas de 1980 e 1990 - ainda perdura, especialmente nos altiplanos andinos, onde a produção de coca, pasta base e cocaína aumentaram, e um movimento corredor para a exportação de cocaína emergiu conectando Peru, Bolívia, Brasil, África Ocidental e Europa do Sul (Soberón 2015).

Em 2006, o Brasil promulgou uma nova legislação supostamente progressiva que, de fato, aumentou a criminalização de pequenos traficantes. Uma das consequências desta lei foi o rápido aumento das penalidades relacionadas às drogas a uma taxa de 18,5% ao ano. O país tem a quarta maior população carcerária do mundo (depois dos EUA, China e Rússia). No que diz respeito à *cannabis* medicinal, existe opinião favorável sobre o acesso ao *cannabidiol*, mas a discussão sobre o direito individual de uso e o cultivo doméstico de *cannabis* está paralisada. Enquanto isso, a partir de 2010, o governo brasileiro começou a mobilizar forças militares para lutar contra organizações de tráfico de drogas em áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro (Rodrigues 2015, Rodrigues, Kalil, Zepeda e Rosen 2017).

Country	Prison population total	Official capacity of prison system	Homicide rate per 100.000 inhabitants	Imprisoned for drug offenses
Argentina	72.693	67.300	6.6 (2015)	7.435
Bolivia	14.598	5.750	8.4 (2013)	2.592
Brazil	657.680	393.953	27.5 (2015)	174.216
Chile	42.736	41.034	2.7 (2016)	10.692
Colombia	115.628	78.690	21.9 (2016)	24.374
Ecuador	26.421	22.635	5.7 (2016)	6.467
Paraguay	12.741	6.893	8.8 (2014)	-
Peru	83.639	35.928	7.2 (2015)	16.526
Uruguay	10.228	9.095	8.3 (2015)	1.265
Venezuela	54.738	35.562	58.1 (2016)	-

Sources: Authors based on World Prison Brief, Instituto Igarapé's Homicide Data, Observatorio del Narcotráfico en Chile (2015) and Chaparro, Pérez and Youngers (2017)

Final Remarks

South American countries are nowadays in a stalemate between their traditional repressive, racist, sexist and classist practices toward illegal drugs and new reformist agendas, most of them inspired by European experiences. So, if it is the case to deepen a partnership among South American and European countries in order to transform this costly reality, we would underscore the following crucial issues:

- a. It is fundamental to admit that there is no way of containing money laundering and the transference of illegal assets without a straight control over capital flows, which does not interest many European and South American private companies and speculators;
- b. European countries take the 'economic development' card as a way to overcome poverty. One of the most funded modalities toward this aim is the so-called "crop substitution". It is important, however, to acknowledge that South American peasants are capable of measuring costs and benefits, and, in their strife for surviving, it is idealistic to suggest they take one for the team, and replace lucrative illegal coca, marijuana or poppy cultivations for beans, bananas, cocoa or corn. In order to be effective, "crop substitution programs" should be based on: infrastructure investments (highways, railways, ports), funding for family agriculture (and not for agribusiness

monocultures), artificial valuation of South American legal crops in the European market, and legalization of current illegal crops for legal finalities, such as the pharmaceutical industry and the sustainable textile industry.

- c. The 'war on drugs' in South America is a war on the poor, young, black or indigenous populations. The incomplete adoption of the "reformist legislation" – allegedly inspired by the "European Model" – has kept the old pattern of criminalizing the micro-dealer, applying particular types of violence targeting young and poor women. European partners could establish as clause for investments in criminal justice reforms, the improvement of the criteria both of the distinction between "traffickers" and "users" and of "drug trafficking kingpins" and "dealers", from a standpoint of abolishing the criminalization and imprisonment of "users", as well as of "dealers".
- d. European Partners could care more about the accountability of the funding provided for criminal justice reforms and drug policies in South America in order to avoid money deviance for militarization purposes or repressive tactics that disrespect basic human rights.

País	População carcerária total	Capacidade oficial do sistema penitenciário	Taxa de homicídios por 100.000 habitantes	Presos por delitos relacionados a drogas
Argentina	72.693	67.300	6.6 (2015)	7.435
Bolívia	14.598	5.750	8.4 (2013)	2.592
Brasil	657.680	393.953	27.5 (2015)	174.216
Chile	42.736	41.034	2.7 (2016)	10.692
Colômbia	115.628	78.690	21.9 (2016)	24.374
Equador	26.421	22.635	5.7 (2016)	6.467
Paraguai	12.741	6.893	8.8 (2014)	-
Peru	83.639	35.928	7.2 (2015)	16.526
Uruguai	10.228	9.095	8.3 (2015)	1.265
Venezuela	54.738	35.562	58.1 (2016)	-

Fontes: Autores se basearam no World Prison Brief, Dados de Homicídio do Instituto Igarapé, Observatório do Narcotráfico no Chile (2015) e Chaparro, Pérez e Youngers (2017)

Considerações Finais

Os países sul-americanos enfrentam, atualmente, um impasse entre suas práticas tradicionais repressivas, racistas, sexistas e classistas em relação às drogas ilegais e novas agendas reformistas, a maioria inspiradas pelas experiências europeias. Nesse sentido, se o objetivo for aprofundar uma parceria entre os países da América do Sul e da Europa para transformar essa realidade onerosa, ressaltamos as seguintes questões cruciais:

- a. É fundamental admitir que não há como conter a lavagem de dinheiro e a transferência de ativos ilegais sem um controle direto sobre os fluxos de capital, o que não interessa a muitas empresas privadas e especuladores europeus e sul-americanos;
- b. Os países europeus consideram o “desenvolvimento econômico” como forma de superar a pobreza. Uma das modalidades que mais recebe financiamento com este objetivo é a chamada “substituição de culturas”. No entanto, é importante reconhecer que os camponeses sul-americanos são capazes de medir custos e benefícios e, na luta pela sobrevivência, é ingenuidade sugerir que eles paguem o pato e substituam lucrativos cultivos ilegais de coca, maco-nha ou papoula por feijão, banana, cacau ou milho. Para serem efetivos, os “programas de substituição de culturas” devem basear-se em: investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos),

financiamento para a agricultura familiar (e não para monoculturas do agronegócio), valorização artificial de culturas legais sul-americanas no mercado europeu, e a legalização das culturas ilegais atuais para finalidades legais, como a indústria farmacêutica e a indústria têxtil sustentável.

- c. A “guerra às drogas” na América do Sul é uma guerra contra as populações pobres, jovens, negras ou indígenas. A adoção incompleta da «legislação reformista» - alegadamente inspirada pelo «Modelo Europeu» - manteve o antigo padrão de criminalização do pequeno traficante, aplicando tipos específicos de violência visando mulheres jovens e pobres. Os parceiros europeus poderiam estabelecer como condição para os investimentos em reformas da justiça criminal, a melhoria dos critérios tanto da distinção entre “traficantes” e “usuários” quanto de “chefes do tráfico de drogas” e “pequenos traficantes”, do ponto de vista da abolição da criminalização e prisão de “usuários”, bem como de “pequenos traficantes”.
- d. Os parceiros europeus poderiam se preocupar mais com a responsabilidade do financiamento previsto para as reformas da justiça criminal e as políticas de drogas na América do Sul, a fim de evitar desvios de dinheiro para fins de militarização ou táticas repressivas que desrespeitem os direitos humanos básicos

e. The depenalization of “users” is an important step forward in overcoming prohibitionist practices in South America. However, the gradual legalization of all current illegal crops and drugs must enter the discussion - legalization meaning the design of specific legislation and regulation for different kinds of psychoactive drugs which is the only feasible way to deconstruct the illegal drug trafficking industry, a humongous economic world that generates around one trillion dollars per year.

References

- Antillano, Andrés and Ávila Keymer (2015). Las políticas frente a las drogas en la Venezuela bolivariana In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 163-186.
- Carrier, Neil and Klantschnig, Gernot (2012). *Africa and the War on Drugs*. London/New York: Zed Books.
- Chaparro, Sergio; Pérez C., Catalina and Youngers, Coletta (2017). *Castigos Irracionales: Leyes de Drogas y Encarcelamiento en América Latina*. México: CEDD.
- Cordeiro, R. Alejandro (2015). La política sobre drogas en Argentina: las consecuencias de una matriz prohibicionista-abstencionista In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 277-298.
- Gratius, Susanne and Palacios, David (2012). *Europe and Latin America: Combating Drugs and Drug Trafficking*. Brussels: European Union.
- Igarapé Institute. *Homicide Rates*. Available at <https://homicide.igarape.org.br/>
- Pontón, Daniel and Duque N., Carolina (2015). Hegemonía antidroga y revolución ciudadana: un balance de la política antidroga en Ecuador 2007-2013. In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 187-208.
- Rodrigues, Thiago; Kalil, Mariana; Zepeda, Roberto; Rosen, Jonathan D. (2017). War Zone Acapulco: Urban Drug Trafficking in the Americas. *Contexto Internacional (CINT)*, 39 (3), Sep/Dec., 609-631. <https://goo.gl/Cij7ws>
- Rodrigues, Thiago (2015). Drug-Trafficking and Security in Contemporary Brazil In: Ryan, Gregory (ed.). *World Politics of Security*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Foundation/CEBRI, pp. 235-250.
- Roncken, Theo and De Achá, Gloria R.M. (2015). La política de drogas en Bolivia: un proceso de cambio marcado por continuidades In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 231-254.
- Rosen, Jonathan D. and Zepeda, Roberto (2016). *Organized Crime, Drug Trafficking, and Violence in Mexico: the transition from Felipe Calderón to Enrique Peña Nieto*. Lanham: Lexington Books.
- Sepúlveda G., Mauricio (2015). Genealogía del problema de las drogas en Chile postdictatorial: discursos y prácticas de gobierno en torno al riesgo. In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 255-276.
- Soberón G., Ricardo (2015). La funcionalidad de las políticas peruanas sobre drogas en las relaciones con EUA (1978-2013) In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 209-230.
- United Nations Office on Drugs and Crime (2017). *World Drug Report 2017*. Vienna: UNODC.
- Wigell, Mikael and Romero, Mauricio (2013). *Transatlantic Drug Trade: Europe, Latin America and the need to Strengthen Anti-Narcotics Cooperation*. Helsinki: The Finnish Institute of International Affairs.

e. A descriminalização de “usuários” é um importante passo na superação de práticas proibicionistas na América do Sul. No entanto, a legalização progressiva de todas as culturas e drogas atualmente ilegais deve entrar na pauta de discussão - legalização significando o desenvolvimento de legislação e regulamentação específica para os diferentes tipos de drogas psicoativas, que é a única forma viável de desconstruir a indústria do narcotráfico ilegal, um mercado gigantesco que gera cerca de um trilhão de dólares por ano.

Referências

- Antillano, Andrés and Ávila Keymer (2015). Las políticas frente a las drogas en la Venezuela bolivariana In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 163-186.
- Carrier, Neil and Klantschnig, Gernot (2012). *Africa and the War on Drugs*. London/New York: Zed Books.
- Chaparro, Sergio; Pérez C., Catalina and Youngers, Coletta (2017). *Castigos Irracionales: Leyes de Drogas y Encarcelamiento en América Latina*. México: CEDD.
- Cordeiro, R. Alejandro (2015). La política sobre drogas en Argentina: las consecuencias de una matriz prohibicionista-abstencionista In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 277-298.
- Gratius, Susanne and Palacios, David (2012). *Europe and Latin America: Combating Drugs and Drug Trafficking*. Brussels: European Union.
- Igarapé Institute. *Homicide Rates*. Available at <https://homicide.igarape.org.br/>
- Pontón, Daniel and Duque N., Carolina (2015). Hegemonía antidroga y revolución ciudadana: un balance de la política antidroga en Ecuador 2007-2013. In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 187-208.
- Rodrigues, Thiago; Kalil, Mariana; Zepeda, Roberto; Rosen, Jonathan D. (2017). War Zone Acapulco: Urban Drug Trafficking in the Americas. *Contexto Internacional (CINT)*, 39 (3), Sep/Dec., 609-631. <https://goo.gl/Cij7ws>
- Rodrigues, Thiago (2015). Drug-Trafficking and Security in Contemporary Brazil In: Ryan, Gregory (ed.). *World Politics of Security*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Foundation/CEBRI, pp. 235-250.
- Roncken, Theo and De Achá, Gloria R.M. (2015). La política de drogas en Bolivia: un proceso de cambio marcado por continuidades In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 231-254.
- Rosen, Jonathan D. and Zepeda, Roberto (2016). *Organized Crime, Drug Trafficking, and Violence in Mexico: the transition from Felipe Calderón to Enrique Peña Nieto*. Lanham: Lexington Books.
- Sepúlveda G., Mauricio (2015). Genealogía del problema de las drogas en Chile postdictatorial: discursos y prácticas de gobierno en torno al riesgo. In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 255-276.
- Soberón G., Ricardo (2015). La funcionalidad de las políticas peruanas sobre drogas en las relaciones con EUA (1978-2013) In: Labate, Beatriz C. and Rodrigues, Thiago (eds.). *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE, pp. 209-230.
- United Nations Office on Drugs and Crime (2017). *World Drug Report 2017*. Vienna: UNODC.
- Wigell, Mikael and Romero, Mauricio (2013). *Transatlantic Drug Trade: Europe, Latin America and the need to Strengthen Anti-Narcotics Cooperation*. Helsinki: The Finnish Institute of International Affairs.



